

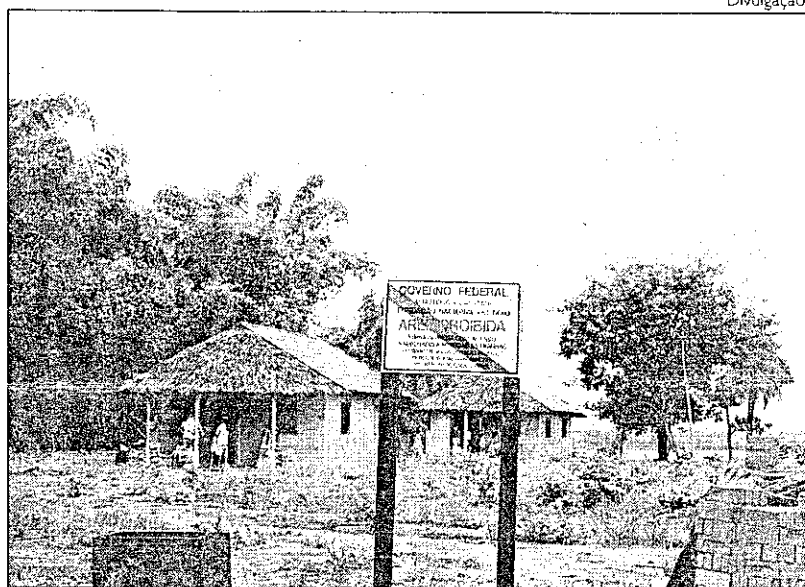
Para Procuradoria da República, as áreas são pequenas mas já é o começo

Ministério da Justiça define reserva indígena em Aruanã

Para o Ministério, área indígena aquela tradicionalmente ocupada pelo grupo para moradia e sobrevivência. Foi feita então a demarcação

A demarcação das terras indígenas em Aruanã agora é definitiva. Portarias do Ministério da Justiça publicadas na semana passada reconhecem como posse permanente dos Karajá de Aruanã, três áreas próximas a cidade. A menor delas, de apenas 11 hectares, ou seja, 110 mil m², é localizada no Centro daquela cidade turística à beira do Rio Araguaia, e é destinada à moradia. Para a procuradora da República Rosângela Pofahl Batista, embora o grupo não seja muito grande no momento, cerca de 70 pessoas, como a maioria é composta de adolescentes e crianças, em pouco tempo a área será muito pequena, já que os índios se casam cedo e, mesmo hoje, as cabanas já estão sendo construídas muito próximas umas das outras.

As demais áreas são destinadas ao plantio, uma com 768,9564 hectares no município de Cocali-



As primeiras cabanas já estão sendo construídas pela Funai

nho, em Mato Grosso, do outro lado do rio, quase em frente a Aruanã. A 3ª área fica na fazenda Aricá, em Aruanã, também destinada a plantação de suas lavouras, com 586 hectares. As duas áreas, no período da cheia do rio, ficam 70% submersas, como observou a procuradora da República coordenadora da Procuradoria dos Direitos dos Cidadãos e Minorias Étnicas. "Isso quer dizer que se tornam pe-

quenas para os índios durante uma parte do ano", observa Rosângela Pofahl.

Área maior

Apesar de discordar do tamanho das áreas, Rosângela Pofahl reconhece que pelo menos agora já está sendo feita a demarcação e a avaliação das benfeitorias construídas por invasores na área de moradia dos Karajá para que se-

jam indenizadas. Segundo a representante do Ministério Público Federal, que esteve esta semana em Aruanã vende de perto a situação e participando de reunião com técnicos da Funai e representantes de outros órgãos, são apenas quatro mansões construídas na área tradicionalmente de domínio dos indígenas, mas os proprietários já aceitaram, sem resistência, deixar os imóveis, recebendo indenização correspondente às benfeitorias.

As mansões, inclusive, deverão ser destruídas. Como adiantou Rosângela Pofahl, os índios não se sentiriam bem morando em casas luxuosas, além disso elas são poucas mas ocupam grande área, o que seria um desperdício, já que muitas cabanas terão que ser construídas no momento e no futuro, quando os jovens se casarem. A expectativa geral da população de Aruanã era de que uma área muito maior fosse definitivamente declarada de posse permanente dos Karajá que se instalaram naquela área a centenas de anos, talvez em virtude disso, acredita Rosângela Pofahl, não tenha havido qualquer problema quando os marcos foram fixados pela Funai.

Divulgação

LUX JORNAL

O POPULAR
GOIÂNIA - GO

PUBLICADO EM:
28 MAR 1997

190

135

49

5

INSTITUTO SOCIOANTROPOLÓGICO

Documentação

OP Popular

DATA 28/3/1997 P.º